

O ARQUIVO DA REAL COMPANHIA VELHA

Fernando de Sousa
Professor Catedrático da Universidade do Porto

INTRODUÇÃO

A região do Alto Douro apresenta uma bibliografia extensíssima, nomeadamente no que diz respeito à sua história Vinícola e Vitivinícola.

Contudo, a sua história continua a enfermar de extensas lacunas, uma vez que o arquivo mais importante para tal investigação, o Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Real Companhia Velha), tem estado, até ao presente, vedado aos investigadores, os quais se vêem assim obrigados a efectuar os seus estudos noutros arquivos, secundários quanto à sua importância para a História do Alto Douro. Nos últimos anos, o GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto) tem dado um contributo fundamental para o estudo da região e do comércio do vinho do Porto, mas os seus trabalhos, como o professor Gaspar Martins Pereira tem salientado, denunciam esta realidade que referimos e que é conhecida de todos aqueles que se debruçam sobre a história do Alto Douro e do vinho do Porto.

Por outro lado, a história da instituição, isto é, a História da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro encontra-se também por fazer, desconhecendo nós, praticamente, a estrutura orgânica, funcionamento e as funções desempenhadas por essa Instituição, nomeadamente, entre 1756-1852, o período de maior importância da Companhia.

Ora, o Arquivo da Real Companhia Velha (Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro) reflecte a vida desta instituição ao longo da sua existência, revelando-se de excepcional importância durante os primeiros 100 anos da sua história, período em que, por força dos privilégios e monopólios que detinha, controlava a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro, assim como todo um conjunto de actividades da maior importância para a economia do Alto Douro e de Portugal (as exportações dos vinhos do Porto chegaram a constituir, no século XIX, mais de 40% do total das exportações portuguesas). Durante todo esse período, quase podemos dizer que a História da Companhia se confunde praticamente com a própria História do Vinho do Porto.

Integram, assim, o seu Arquivo, entre outros fundos:

- os tombos da demarcação do Alto Douro, do século XVIII, a mais antiga de uma região, no mundo;
- toda a correspondência dos primórdios da Companhia, de Frei João de Mansilha e do Marquês do Pombal;
- os livros manuscritos relativos à produção e comercialização dos vinhos e aguardentes do Alto Douro - no plano nacional (a Companhia detinha o exclusivo do fornecimento relativamente às lojas da cidade do Porto e no plano internacional, merecem particular relevo as fontes manuscritas relativas ao comércio dos vinhos e aguardentes com o Brasil (durante décadas em regime de monopólio), e com os portos do Báltico, a Inglaterra e a Rússia;
- toda a documentação relativa à estrutura, organização e vida económica da Empresa;
- as fontes relativas ao seu património;
- os processos judiciais que directa ou indirectamente tinham a ver com a Companhia, uma vez que esta dispunha de um Tribunal / Conservatória próprio, que se manteve até 1834;
- o conjunto das acções que representam o capital da empresa, um lote magnífico de acções, vindas desde a origem da Companhia e que registam, averbados, os nomes dos proprietários das mesmas até ao presente; de acordo com os Estatutos de 1757, o capital social da Companhia era de 200 000 cruzados, realizado em acções de 400 000 réis.

As funções da Companhia não se limitavam, porém, à demarcação e produção vinícola do Alto Douro e sua comercialização. Com efeito, por força de numerosa legislação régia, a Companhia:

- superintendeu na construção das estradas do Alto Douro e das estradas Porto – Foz do Douro, e Porto-Régua, à construção dos cais do Porto e Vila Nova de Gaia, às obras de navegabilidade do Douro, assim como ao movimento dos barcos e ao registo dos arrais do rio Douro, cujas cartas eram emitidas e cassadas pela Companhia;
- criou a Aula Náutica (1762-1802) a Aula de Debuxo e Desenho (1779-1802) e fundou a Real Academia de Comércio e Marinha (1803-1837), para formar os guarda-marinhas que comandavam as tripulações das fragatas de guerra, algumas das quais foram mandadas construir pela própria Companhia, escolas estas, de ensino superior, que estão na origem da Academia Politécnica do Porto, transformada em Universidade com a República (1911);
- construiu e monopolizou as fábricas de aguardente do Norte de Portugal, armazéns, nomeadamente os armazéns da Companhia na Régua, onde se realizavam as feiras dos vinhos, e lançou numerosas tanoarias, tendo mandado construir em Crestuma, Vila Nova de Gaia, uma fábrica de arcos de ferro, de acordo com a tecnologia russa;

- cobrou numerosos impostos e contribuições no Porto e nas três províncias do Norte de Portugal; para fazermos uma ideia da riqueza e complexidade das fontes de natureza fiscal existentes no Arquivo da Companhia, até ao momento, registamos os seguintes:
 - barra do Douro
 - canadagens
 - contribuições do 1% e do 2%
 - contribuições de guerra
 - contribuições para a Casa Pia
 - contribuições para as tropas militares
 - décima
 - direito adicional dos 6 000 réis
 - direitos alfandegários
 - direitos da casinha
 - direitos de aguardente
 - direitos de fretes
 - direitos do cruzado
 - direitos fiados
 - direitos de ver-o-peso
 - estradas e cais do Douro
 - novo imposto dos 400 réis
 - obras do rio Douro (contribuição das pedras do rio)
 - real de água
 - sisa
 - subsídio literário
 - subsídio militar

O estudo de todos estes aspectos de natureza económica, social e cultural, que está ainda por fazer, passa obrigatoriamente, pelo Arquivo da Real Companhia Velha.

Apenas sumariamente é possível chamar a atenção para o carácter verdadeiramente excepcional do Arquivo da Real Companhia Velha, uma vez que só a conclusão do seu inventário permitirá apreender a sua riqueza.

Basta dizer que o número de livros manuscritos é da ordem dos 8 000, e a documentação avulsa exigirá cerca de 800 caixas para a sua inventariação, até 1852. Em suma, não se pode compreender a economia do Portugal Contemporâneo sem perceber o papel que o vinho teve nessa economia. E muito menos é possível entender a economia do Porto e do Norte de Portugal, nos séculos XVIII e XIX, sem o Alto Douro, a região demarcada do Douro, a importância dos vinhos generosos, do Port Wine, que acabou por se transformar num símbolo nacional e universal do Porto, do Alto Douro e de Portugal.

Este Projecto, que nos encontramos a coordenar, do Arquivo da Real Companhia Velha, tem por objectivos:

- o estudo, levantamento e inventariação do acervo documental do Arquivo da Companhia: perto de 8 000 livros manuscritos e 800 caixas de documentação avulsa (1756-1852);
- o estudo, levantamento e inventariação de todas as fontes legislativas relativas à Companhia (1756-1852);
- a preservação, com carácter de urgência, do valiosíssimo património que o Arquivo constitui;
- o estudo das fontes do Arquivo supracitado, indispensável à compreensão da História e Economia do Portugal Contemporâneo, em que o vinho desempenha um papel primordial;
- o reconhecimento e divulgação de um património que pela sua natureza, unidade e continuidade se revela único ao nível nacional e mesmo mundial;
- a análise da estrutura, organização e funcionamento da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro; levanto apenas três questões:

Quanto a este último ponto, levanto apenas três questões:

- Como é que a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro deu origem à Companhia dos Vinhos do Porto, em 1834?
- Controlava a Companhia todo o movimento comercial do rio Douro, dos barcos de transporte, os barcos rebelos, através da concessão das cartas de arrais?
- De que forma é que a Companhia perdeu os seus privilégios e passou a constituir uma empresa comercial igual a todas as outras?

A redução dos seus privilégios constitui um processo lento mas irreversível, que se prolongou no tempo por largas décadas. Pode dizer-se que só nos primeiros vinte anos da sua existência é que a Companhia acumulou privilégios sem perder funções e prerrogativas.

Mas não conhecemos, com rigor, tal processo, o qual conheceu os momentos mais marcantes em 1821-1822, 1834 e 1852. Aliás, em 1834, a Junta da Companhia, designação do Antigo Regime para o órgão máximo do seu governo (constituído por um provedor e 12 deputados, respondia directamente perante o rei), vai dar origem à liberal designação de Administração / Direcção da Companhia, alteração que vai ser acompanhada de profundas transformações internas da Empresa.

Trata-se assim de inventariar um Arquivo riquíssimo, que nunca foi objecto de estudo até ao momento, assim, como de estudar, sob o ponto de vista de Empresa com múltiplas funções, dadas as delegações que o próprio Estado lhe outorgou aos mais diversos níveis – obras, impostos, instituições culturais, etc. –, a Real Companhia.

Com tal estudo, iremos contribuir para:

- dar a conhecer, com carácter definitivo, os fundos documentais deste Arquivo;

- constituir-se um Arquivo Público de excepcional importância;
- incentivar a investigação sobre o Alto Douro, a produção e comercialização dos vinhos, e de um modo geral, sobre a economia, a sociedade e a cultura do Norte de Portugal.

No plano das repercussões éticas, sociais e ambientais, procuramos:

- reforçar e valorizar a identidade social, económica e ambiental do Alto Douro, através do estudo do processo de formação e evolução da região, a mais individualizada de Portugal e excepcional, mesmo a nível mundial;
- apoiar a candidatura do Alto Douro a Património Mundial, por parte da Fundação Rei Afonso Henriques, já apresentada por Portugal à Unesco e em vias de aprovação eminente, de forma a demonstrar a importância que está a ser dada à região, através do levantamento e estudo das suas fontes, o que legitima, do ponto de vista histórico-cultural, a pertinência de tal candidatura; uma vez aprovada tal candidatura – o que veio entretanto a acontecer – o Projecto de Inventariação da Real Companhia Velha constituirá o melhor testemunho da importância que o Estado confere à preservação e inventariação do património cultural duriense.

Como resultados, esperamos, nos próximos dois anos:

- publicar o Arquivo da Real Companhia Velha;
- publicar as Actas dos 2 Seminários, este e do próximo ano;
- publicar, um trabalho que dê a conhecer a estrutura, organização e funções da Companhia.